

INTERNACIONAL RESISTÊNCIA IRANIANA É RESPOSTA LEGÍTIMA AO ATAQUE ISRAELENSE

Páginas 25 a 33 | [Clique aqui](#)

PALESTINA MARCHA GLOBAL E COMBOIO EXPÕEM O ESTADO DE SÍTIO IMPOSTO À GAZA

Leia também: Grande ato em São Paulo exige de Lula a ruptura de todas as relações com o Estado genocida de Israel

Páginas 21 a 24 | [Clique aqui](#)

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 04 a 09

Editorial

NA DISPUTA ENTRE CONGRESSO E GOVERNO LULA, NENHUMA DAS PROPOSTAS REPRESENTA OS INTERESSES DOS TRABALHADORES

Pág. 10 a 14

Internacional

COMO A REPRESSÃO ANTI-IMIGRANTE GEROU A MAIOR ONDA DE PROTESTOS DA ERA TRUMP

Pág. 15 a 20

Nacional

MOBILIZAÇÕES ACONTECERAM EM TODO O PAÍS E CULMINARAM EM GRANDE ATO EM SÃO PAULO

Pág. 21 a 24

Internacional

MARCHA GLOBAL E COMBOIO EXPÕEM O ESTADO DE SÍTIO IMPOSTO À GAZA

Pág. 25 a 33

Centrais

REPUDIAMOS O ATAQUE ISRAELENSE AO IRÃ E APOIAMOS O CONTRA-ATAQUE IRANIANO

Pág. 34 a 41

Nacional

ENTRE BRIGAS E ACORDOS, GOVERNO LULA E CONGRESSO ESTÃO UNIDOS PELO ARCABOUÇO FISCAL

Pág. 42 a 48

Nacional

A OMISSÃO DO GOVERNO LULA DIANTE DA CRISE NA AVIBRAS

Pág. 49 a 54

Nacional

TODO APOIO À GREVE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

@ @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

📍 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

Na disputa entre Congresso e Governo Lula, nenhuma das propostas representa os interesses dos trabalhadores



Presidente Lula | Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Após elogiar e agradecer o presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos) e o presidente do Senado Davi Alcolumbre (União Brasil), o governo Lula recebeu uma facada nas costas. Eles todos combinaram a Medida Provisória que fecharia as contas do Arcabouço Fiscal, construíram em reuniões fechadas e no fim o governo foi derrotado no Congresso.

O que os deputados e senadores querem? Mais emendas parlamentares, mais dinheiro público para seus currais eleitorais e um governo ainda mais refém da direita e do Centrão, para livremente articularem uma candidatura da direita ou com o governo atual caso saia das cordas. E, junto com o agro, os fundos de investimentos,

a Faria Lima e boa parte do empresariado, querem também mais ataques aos direitos dos trabalhadores, mais privilégios para os super-ricos e mais submissão do governo aos ditames do mercado.

E qual é a reação e o aceno do governo? Vai liberar R\$ 2 bilhões em emendas parlamentares para o centrão, que quer enfraquecer o governo. Eles querem aprovar algo que feche as contas, desde caiba as suas “emendas” que abocanham R\$ 51 bilhões do orçamento e garanta o pagamento de R\$ 1 trilhão de juros da dívida.

LULA NÃO DEFENDE OS TRABALHADORES

O governo Lula tenta posar de defensor dos trabalhadores contra os ricos. Contudo, as medidas apresentadas são insuficientes diante do tamanho do sofrimento dos trabalhadores. Na verdade, o governo corta as verbas das áreas sociais para seguir o Arcabouço Fiscal, aprovado em unidade com o centrão e a direita.

A medida de aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), costurada pelo governo e o centrão, não mudava nada de fundo. De acordo com o próprio governo, ia apenas “resolver distorções”, e retirar uma parte – bem pequenininha de subsídios indecentes ao mercado financeiro que não pagam impostos. Porém, o trabalhador tem 27% de Imposto de Renda (IR) retido na fonte.

Enquanto as verbas das universidades federais, da saúde e dos programas sociais são bloqueadas, o governo propõe um mísero

imposto de 5% sobre títulos do agro e da especulação imobiliária.

Já os lucros dos capitalistas seguem em alta, enquanto os salários seguem baixos e as jornadas de trabalho extenuantes. Nem a redução do imposto de renda que Lula prometeu saiu do papel.

O governo fala em “supostos” bons índices econômicos, contudo, o povo não sente nenhuma melhoria no nível de vida. Nada empolga os trabalhadores neste governo. O que permite a ultradireita bolsonarista nadar de braçadas na disputa ideológica, fazendo uso da mentira ou inventando que o problema é que o Lula não faz o que o mercado quer. O que essa ultradireita deseja são mais medidas de ataques aos trabalhadores como faz o governo Milei na Argentina.

CONGRESSO HIPÓCRITA

Por outro lado, temos um Congresso Nacional composto por deputados hipócritas. Eles derrubaram várias medidas do governo para impor uma derrota e colocar vários benefícios próprios. Aprovaram o aumento da energia elétrica para agradar o lobby empresarial do setor. E o governo ainda viu ser derrubado seu absurdo veto que dificultava o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Com a maior hipocrisia do mundo, os deputados dizem ser a favor de corte de gastos, mas na verdade defendem corte para os trabalhadores, quando seguem aumentando os seus privilégios e dos bilionários capitalistas, que mamam na

Em meio aos bombardeios, 41 políticos brasileiros da extrema direita e do Centrão estavam em Telaviv, pagos pelo Estado pária e genocida de Netanyahu, ao que tudo indica para aumentar a capacidade de repressão e as chacinas ao povo pobre e negro das periferias do Brasil.

DERROTAR O ARCABOUÇO FISCAL E A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

Não podemos depositar confiança e esperança no governo Lula e no PT. Eles amam quem não os ama – o centrão, a direita e a burguesia.

Não estão dispostos a governar para os trabalhadores. Se fosse mesmo um governo dos trabalhadores, deveria acabar com a farra dos monopólios capitalistas que dilapidam as riquezas do país como vimos no recente leilão do petróleo promovido pelo próprio governo Lula. Acabaria com a escala 6x1, reduziria a jornada e atacaria o lucro dos 250 maiores monopólios capitalistas. Reverteria as privatizações. Colocaria o salário-mínimo no patamar indicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e reduziria o salário dos deputados, senadores e políticos capitalistas. que passaria a ganha o mesmo que um professor ou um operário.

Mas Lula faz o oposto disso e ainda afaga o centrão e a direita com postos chaves no governo, que segue poderoso e mandando no país, fazendo tudo que quer a favor dos capitalistas. A ultradireita segue com força, mesmo em dois anos de governo do PT e com a comprovação da tentativa de golpe e

possibilidade do Bolsonaro ser preso. O que demonstra a incapacidade deste governo não só para atender as reivindicações dos trabalhadores como também para minimamente diminuir o peso da ultradireita.

Neste momento de agravamento das disputas entre o governo e o Congresso, fica nítido que não há caminho por dentro desta institucionalidade e governabilidade burguesa e capitalista. Não interessa aos trabalhadores apoiar um governo que os ataca.

Por isso, temos que derrotar o arcabouço fiscal e toda a política econômica do governo Lula e do congresso. Os trabalhadores precisam se unir e enfrentar este governo caso queira que suas reivindicações sejam atendidas.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA AO GOVERNO E CONTRA A ULTRADIREITA

Não ser oposição de esquerda a um governo capitalista que se alia ao centrão e a direita, mesmo quando toma pancada deles, é o cúmulo da capitulação aberta e de uma esquerda que se esconde quando os trabalhadores mais precisam dela. Isso mina a possibilidade de construção de uma alternativa socialista e revolucionária, deixando o povo refém do discurso dos bolsonaristas diante de um governo que só atende aos ricos.



Hugo Motta presidente da Câmara de deputados | Foto: Lula Marques/Agência Brasil

teta do Estado, pagam bem menos impostos que os trabalhadores e têm todas as benesses para seus negócios.

LULA GOVERNA PARA OS CAPITALISTAS

São os capitalistas os beneficiados pela política econômica do governo Lula, que gerencia o capitalismo decadente e subalterno brasileiro e diz que o Brasil é país das maravilhas, onde pode haver um “ganha-ganha”. O que temos visto são os ricos ganharem bilhões e os pobres, migalhas.

Os 30 anos de neoliberalismo petista e tucano, de privatizações e submissão ao imperialismo, construíram a decadência que está aí e que não permite aquela ilusão dos primeiros governos do PT. Isso está relacionado ao próprio sistema. Se você não enfrenta o sistema, se você adere ao centrão, se seu governo se limita a tentar administrar o capitalismo brasileiro, o que recebe é isso: crise permanente, desigualdade social crescente, desnacionalização e privatizações, e mais e mais reclamações da própria burguesia, que não para de lucrar e de promover a pilhagem do país em unidade e de maneira subalterna aos diversos imperialismos.

Isso se expressa na política externa, onde Lula não rompe as relações do Brasil com Israel. Além do genocídio ao povo palestino promovido em Gaza, depois de atacar o Líbano e manter sufocada violentamente a Cisjordânia, lança um ataque sem precedentes ao Irã com o apoio do imperialismo dos Estados Unidos. O que mostra que Israel é na verdade um enclave militar das principais potências capitalistas do planeta.

Como a repressão anti-imigrante gerou a maior onda de protestos da Era Trump

 DA REDAÇÃO



Mobilização em Austin, no Texas | Foto: reprodução

No início de junho, manifestantes nos Estados Unidos se enfrentaram contra o ICE (Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas, na sigla em inglês), a polícia e contra tropas da Guarda Nacional em Los Angeles, no estado da Califórnia.

As batidas massivas do ICE em Los Angeles, ocorridas em 6 de junho, foram o estopim de uma nova fase de repressão anti-imigrante e autoritária. Com o objetivo de alcançar 3 mil deportações diárias, o governo Trump passou a conduzir operações em massa contra trabalhadores, adotando perfis raciais que têm os latinos como alvo preferencial.

As batidas em Los Angeles pretendiam intimidar

um reduto histórico da luta imigrante, mas tiveram efeito oposto: geraram protestos imediatos com expressiva adesão sindical. Centenas enfrentaram os agentes do ICE nos confrontos, resultando na detenção de David Huerta, presidente da SEIU Califórnia (Service Employees International Union California, um dos maiores e mais influentes sindicatos dos Estados Unidos, com foco em trabalhadores de serviços) e de pelo menos 44 outros manifestantes.

Os protestos ganharam mais força nos dias seguintes e prosseguiram ao longo do final de semana. Em resposta, Trump e seu governo culparam os governos de Los Angeles e da Califórnia por não agirem, e disseram que o ICE estava enfrentando uma "rebelião" de imigrantes ilegais e gangues. Tropas da Guarda Nacional foram enviadas à cidade e fuzileiros navais foram postos em alerta máximo.

REPRESSÃO POLICIAL

Diante do desafio e cientes da oposição massiva da população californiana ao ICE, o governador Gavin Newsom e a prefeita de Los Angeles, Karen Bass, denunciaram as medidas de Trump e criticaram as batidas e repressões contra manifestantes. Contudo, foram as próprias forças policiais do estado que também reprimiram violentamente os protestos. Uma cena emblemática foi o caso da jornalista Lauren Tomasi, atingida na perna por uma bala de borracha durante transmissão ao vivo da 9News – o disparo foi efetuado pela própria polícia de Los Angeles.

O envio de 2 mil membros da Guarda Nacional

contra as manifestações aumentou a indignação contra Trump em todo o país, e novos protestos foram marcados para 14 de junho, o chamado "Dia sem Reis".

O 'DIA SEM REIS'

Centenas de milhares de manifestantes saíram às ruas dos Estados Unidos contra Trump e sua política racista de imigração no último sábado, dia 14. Os protestos, batizados de No Kings Day ("Dia Sem Reis"), surgiram como resposta às políticas autoritárias e racistas contra os imigrantes, mas também como contraponto simbólico às celebrações presidenciais. Cada vez mais megalomaniaco, Trump resolveu comemorar seus 79 anos de idade com uma parada militar por ele organizada na capital Washington. A festança custou US\$ 45 milhões. Vale recordar que os desfiles militares nos Estados Unidos são raros. O último aconteceu em 1991, quando soldados desfilaram após a primeira Guerra do Golfo.

Os protestos ocorreram em aproximadamente duas mil cidades em todos os 50 estados do país. Milhões de trabalhadores, jovens, latinos, negros, imigrantes e ativistas anticapitalistas mostraram a força da resistência popular contra o imperialismo e a extrema-direita.

Os protestos evidenciaram significativa participação de outras causas: bandeiras palestinas e o apoio a Gaza surgiram em peso junto às bandeiras mexicanas. Um sinal claro de que os manifestantes vinculam o imperialismo externo dos EUA à repressão dentro do país.

MAIS DE 100 MIL EM NOVA YORK

Em Nova York, foram mais de 100 mil manifestantes na Quinta Avenida, em Manhattan. Atos com dezenas de milhares aconteceram ainda em cidades como Filadélfia, Los Angeles, San Diego, São Francisco, Atlanta e Minneapolis. Cerca de mil manifestantes estiveram na porta da mansão de Trump em Mar-a-Lago, na Flórida.

Houve repressão policial, especialmente em manifestações que ocorreram em bairros de maioria hispânica, e também por parte de prefeituras democratas, como em Los Angeles, onde a cavalaria atirou bombas de gás lacrimogêneo.

RON DESANTIS INCITA ATROPELAMENTO DE MANIFESTANTES

Em São Francisco e na Virgínia, apoiadores de Trump atropelaram manifestantes com seus carros, deixando 5 feridos. Sem dúvida se sentem mais à vontade para fazer isso depois não só das ameaças de violência de Trump, como da declaração do reacionário governador da Flórida, Ron DeSantis, que defendeu, quatro dias antes dos protestos, o direito de motoristas atropelarem manifestantes. “Temos também uma política que diz que, se você estiver dirigindo em uma rua e uma multidão se aproximar e cercar seu veículo, ameaçando você, tem o direito de fugir para garantir sua segurança. Se você sair dirigindo e acabar atingindo uma dessas pessoas, a culpa é delas por invadirem seu espaço”, disse o governador republicano.

No dia dos protestos, a congressista estadual Melissa Hortman e seu marido, Mark, foram mortos

a tiros, enquanto o senador John Hoffman e sua esposa ficaram feridos em Minnesota, uma expressão da grave escalada de violência política no país.

DERROTAR TRUMP NAS RUAS

O caminho para derrotar Trump e seu projeto reacionário passa pela unidade das diferentes lutas, de maneira independente do partido Democrata, que inclua as bases de todos os sindicatos, bem como as organizações sociais e partidos políticos da esquerda.

Há uma enorme oportunidade para organizar os jovens, trabalhadores, sindicalistas, estudantes, imigrantes e todos os oprimidos que participaram de um dos maiores protestos do país, e debater coletivamente os próximos passos do movimento, como a construção de greves e ações coordenadas.■

O caminho para derrotar Trump e seu projeto reacionário passa pela unidade das diferentes lutas, de maneira independente do partido Democrata, que inclua as bases de todos os sindicatos, bem como as organizações sociais e partidos políticos da esquerda.

BRASIL SE UNE À MARCHA GLOBAL PARA GAZA

Mobilizações aconteceram em todo o país e culminaram em grande ato em São Paulo

 DA REDAÇÃO



Ato pelo fim do genocídio palestino | Foto: Sérgio Koei

Convocada pela Frente em Defesa do Povo Palestino – SP, juntamente com mais de 30 organizações da sociedade civil brasileira, bem como da comunidade árabe-palestina e islâmica, aconteceu no último domingo, 15 de junho, um ato histórico em São Paulo, o maior dos últimos 20 meses de genocídio do povo palestino em Gaza.

Soraya Misleh, coordenadora da Frente Palestina-SP, abriu o ato, enfatizando a situação em Gaza, em que nos últimos 20 meses, conforme pesquisadores da Universidade de Edimburgo, Israel matou mais de 300 mil palestinos, 70% mulheres e crianças. “Enquanto estamos aqui, bombas continuam a cair sobre as

cabeças de crianças, mulheres, homens nesse verdadeiro holocausto palestino em que Israel busca a solução final na contínua Nakba, a catástrofe palestina que já dura mais de 77 anos”, disse. Ela destacou que o apelo do povo palestino é por isolamento internacional e, portanto, é tarefa central da solidariedade exigir que Lula rompa relações com o estado genocida.

“Basta de genocídio na Palestina! Lula, rompa relações com Israel já!”

Segundo os organizadores, a estimativa é de que cerca de 50 mil pessoas participaram da manifestação. Com concentração na Praça Roosevelt e passeata até o Pacaembú, o ato amplamente unificado teve como mote ***“Basta de genocídio na Palestina! Lula, rompa relações com Israel já!”***.

A manifestação denunciou o verdadeiro holocausto palestino perpetrado por Israel e exigiu a ruptura imediata de relações comerciais e diplomáticas com o estado sionista, o que inclui embargos energético e militar.

Além das palavras de ordem ***“Estado de Israel, Estado assassino, e viva a luta do povo palestino”*** e ***“Do rio ao mar, Palestina livre já”***, entre outras, ***“Governo Lula, eu quero ver, a ruptura com Israel acontecer”*** foi uma das que dominaram o ato.

Entre os presentes, o ativista brasileiro Thiago Ávila, sequestrado por Israel após o ataque à Flotilha da Liberdade, parlamentares, artistas,

intelectuais e personalidades. O PSTU se somou tanto à convocatória quanto ao protesto.

“Para gente poder equilibrar a força, a desigualdade contra a máquina militar do Estado genocida de Israel, fortalecendo a resistência palestina, só mesmo com o povo na rua em todo o mundo para obrigar os governos a romperem com o Estado genocida, enfraquecendo o regime sionista e fortalecendo o povo palestino”, falou Zé Maria de Almeida, pelo PSTU, lembrando da tarefa fundamental de exigir do governo Lula a ruptura de todas as relações com Israel.

O ato público acompanhou a Marcha a Gaza, em que ativistas tentavam chegar, a partir do Egito, a Rafat, sul de Gaza, e romper o cerco criminoso que impõe a fome e a sede aos mais de 2 milhões de habitantes palestinos como parte do genocídio. A ditadura egípcia impediu a marcha, chegando a reprimir, prender e deportar centenas de ativistas de vários países.

Compuseram a delegação brasileira, entre outros, Fábio Bosco e Herbert Claros (PSTU/LIT-QI e CSP-Conlutas), Magno de Carvalho e Bruno Gilga (Sintusp), além de um dos coordenadores da Frente Palestina-SP, Mohamad El-Kadri, que é presidente do Fórum Latino-Palestino.

No encerramento do grande e emocionante ato, um jogral com o poema de resistência *"Inimigo do Sol"*, do poeta palestino Samih al Qassim. Leia o poema abaixo.

INIMIGO DO SOL

Samih al-Qasim

*Posso – se quiseres – perder o meu sustento.
Posso vender a minha camisa e a minha cama.
Posso trabalhar como cortador de pedras,
varredor de rua, carregador.
Posso limpar os teus armazéns
ou revirar o teu lixo em busca de comida.
Posso deitar-me com fome,
ó inimigo do sol,
mas
não me comprometerei.
E até à última pulsação das minhas veias
resistirei.*

*Você pode tomar o último pedaço da minha
terra,
Alimentar as celas da prisão com minha
juventude.
Você pode saquear minha herança.
Você pode queimar meus livros , meus poemas
Ou alimentar os cães com minha carne.
Você pode espalhar uma teia de terror
Nos telhados da minha aldeia,
ó inimigo do sol,
Mas
eu não me comprometerei
E até o último pulso em minhas veias
eu resistirei.*

*Pode apagar a luz dos meus olhos.
Pode me privar dos beijos da minha mãe.
Pode amaldiçoar meu pai, meu povo.
Pode distorcer minha história,
Pode privar meus filhos de um sorriso
e das necessidades da vida.*

*Pode enganar meus amigos com um rosto
emprestado.
Pode construir muros de ódio ao meu redor.
Pode colar meus olhos às humilhações,
ó inimigo do sol,
mas*

*Não me comprometerei
E até a última pulsação em minhas veias
resistirei.
Ó inimigo do sol
As decorações estão hasteadas no porto.
As exclamações enchem o ar,
Um brilho nos corações,
E no horizonte
Uma vela é vista
Desafiando o vento
E as profundezas.
É Ulisses
Retornando para casa
Do mar da perda*

*É o retorno do sol,
Dos meus exilados
E por ela e por ele
eu juro que
não vou me comprometer
E até o último pulso em minhas veias
eu vou resistir,
Resistir — e resistir.*

Samih Al-Qasim, “Inimigo do sol”. ■

MURAL DE IMAGENS

Ato pelo fim do genocídio palestino



Ato pelo fim do genocídio palestino São Paulo | Foto: Camilo Aguiar



Thiago Ávila recebe abraço de Soraya Misleh no seu retorno ao Brasil após ser sequestrado pelas forças de Israel | Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil



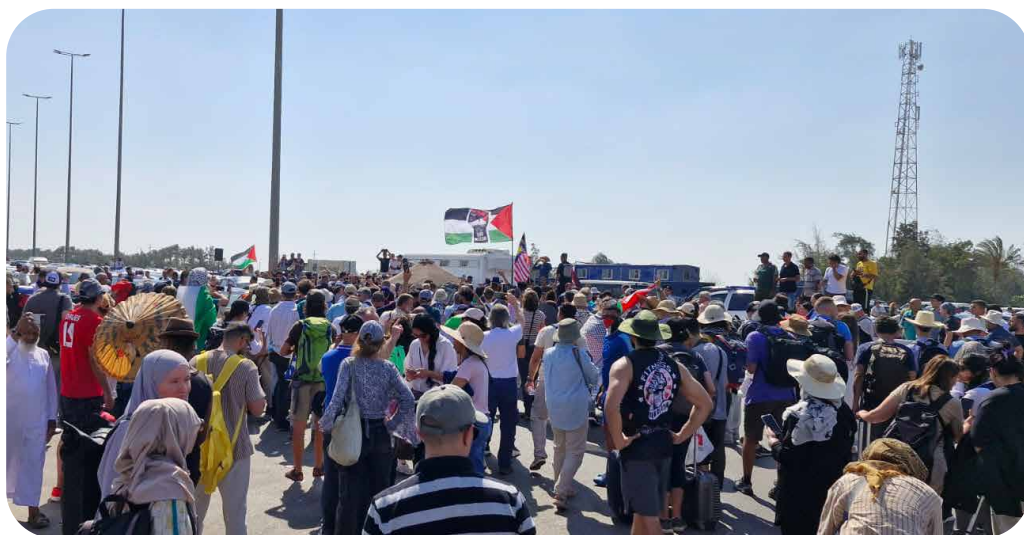
Ato pelo fim do genocídio palestino | Foto: Sérgio Koei

PALESTINA

Marcha global e comboio expõem o estado de sítio imposto à Gaza



FÁBIO BOSCO,
DIRETO DO CAIRO (EGITO)*



Protestos no dia 13/06 na rodovia que liga o Cairo a Ismailiya | Foto: Fábio Boscott

* Fábio Bosco e Herbert Claros, militantes do PSTU e da LIT-QI, participaram da Marcha como parte da delegação da CSP-Conlutas.

A Marcha Global a Gaza reuniu cerca de quatro mil ativistas de mais de 80 países na cidade do Cairo no dia 12 de junho.

Seu objetivo era caminhar 50 km desde a cidade de Al-Arish até a fronteira de Gaza, onde realizariam um acampamento de 2 a 3 dias a partir de 15 de junho para defender o ingresso irrestrito de ajuda humanitária a Gaza, onde o Estado de Israel utiliza a fome e a falta de cuidados médicos como instrumentos de genocídio.

No entanto, na chegada ao aeroporto do Cairo, cerca de 200 manifestantes foram deportados arbitrariamente de imediato.

No dia 13, os manifestantes foram impedidos de

seguir rumo a Gaza na rodovia que liga o Cairo à cidade de Ismailiya. Todos os passaportes foram retidos e sua devolução condicionada ao retorno ao Cairo. Houve protestos e, ao final, 15 manifestantes foram presos e deportados.

No dia seguinte, a coordenação da Marcha se reuniu e, sob pressão da repressão do regime egípcio que continuava, não decidiu sobre os próximos passos, já que retomar a ida a Gaza era impossível sem autorização estatal.

As propostas discutidas nos diversos grupos giravam em torno a realizar manifestações no Cairo, e/ou concentrar esforços para libertar os 15 manifestantes presos e localizar integrantes da Marcha com paradeiro desconhecido.

Ao fim e ao cabo, a coordenação da Marcha priorizou a integridade física dos integrantes da Marcha e não convocou nenhuma nova manifestação. Criticando a repressão do regime, a coordenação pediu a todos que retornassem a seus países para retomar ações de solidariedade com a Palestina.

COMBOIO BARRADO

O comboio da resiliência – Sumudconvoy, em árabe – partiu de Tunis, na Tunísia, no dia 9 de junho com 12 ônibus e mais de cem carros trazendo ativistas do Marrocos, Mauritânia, Argélia, Tunísia e Líbia para ir de Tunis até Gaza, se unindo à Marcha Global.

Por onde passaram, pode-se ver a solidariedade popular árabe à Palestina.

No entanto, o comboio foi barrado e obrigado a regressar pelas forças do general conservador Khalifa Haftar na cidade de Sirte, na Líbia, que ainda prendeu cerca de 25 integrantes.

Esse general é ligado ao imperialismo russo, e apoiado pelos regimes do Egito e dos Emirados Árabes.

Isolar o Estado de Israel fazendo com que cada governo rompa todas as relações, e paralisar sua máquina de guerra para pôr fim ao genocídio, são medidas decisivas para fortalecer a luta pela libertação da Palestina, do rio ao mar, a única solução verdadeira e justa para o povo palestino e para a classe trabalhadora em todo o mundo.

SITUAÇÃO NO EGITO

A mídia egípcia se posicionou contrária à Marcha pois, em sua visão, esses movimentos podem colocar a perder as boas relações entre o Egito e os Estados Unidos.

No entanto, os integrantes da Marcha notaram muitos sinais da simpatia popular à Palestina e à própria Marcha, expressos em conversas, bandeirinhas da Palestina, murais, entre outros.

O regime egípcio também ficou irritado com a repercussão negativa sobre a repressão no dia 13 na mídia internacional.

De fato, todos os integrantes da Marcha constataram a cumplicidade do presidente egípcio al-Sissi com o genocídio de palestinos em curso; e dos seus próprios governantes que se limitam a gestos diplomáticos que dão mais tempo para Israel seguir com o genocídio.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Desde maio, a solidariedade internacional à Palestina se ampliou qualitativamente. Os atos em todo o Brasil, com destaque para os mais de 30 mil participantes em São Paulo, são prova disso.

A flotilha da liberdade, a Marcha Global a Gaza, e o comboio Sumudconvoy demonstraram que Gaza segue sitiada por terra, mar e ar; e que é necessário ampliar a solidariedade para impor o ingresso irrestrito de ajuda humanitária em Gaza, e cessar todas as agressões israelenses sejam elas em Gaza, na Cisjordânia, na Palestina de 48, no Líbano, na Síria, no Iêmen, ou no Irã.

PSTU NA MARCHA

Para o PSTU, ampliar as vozes palestinas e trazer a classe trabalhadora para a solidariedade são passos essenciais para obrigar o governo Lula a romper todas as relações com o Estado de Israel, isolando-o e paralisando sua máquina de guerra, que são medidas decisivas para fortalecer a luta pela libertação da Palestina, do rio ao mar, a única solução verdadeira e justa para o povo palestino e para a classe trabalhadora em todo o mundo. ■

DECLARAÇÃO

Repudiamos o ataque israelense ao Irã e apoiamos o contra-ataque iraniano

 LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES -
QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI)



Fumaça sobe após uma explosão em Teerã no dia 13 de junho | Foto: AP - Vahid Salemit

As Forças Armadas israelenses realizaram um ataque aéreo em território iraniano, com 200 caças disparando mísseis e destruindo bases militares, usinas nucleares e residências militares. O jornal The New York Times noticiou a morte de três generais iranianos de alto escalão e quatro cientistas nucleares. O governo iraniano "promete uma resposta enérgica" e já lançou um ataque remoto com mísseis contra Tel Aviv, atingindo alguns alvos militares. Por que o governo Netanyahu lançou esse ataque? Qual será o nível da resposta iraniana? Como analisamos esses eventos no contexto da escalada de conflitos no Oriente Médio?

Para responder a essa pergunta, é necessário

considerar a combinação do confronto entre o Estado de Israel e o Irã, por um lado, e a situação regional e internacional criada pela ocupação israelense da Faixa de Gaza, utilizando métodos genocidas.

O IRÃ E A REVOLUÇÃO

Começemos com o Irã, atualmente governado pelo regime religioso dos aiatolás. Este regime foi estabelecido após a grande revolução que derrubou o regime monárquico do Xá Mohamed Reza Pahlavi, um fantoche do imperialismo americano. Essa grande revolução democrática impulsionou a dinâmica da tomada do poder pela classe operária, abrindo a possibilidade de continuidade rumo a uma revolução socialista.

Para evitar isso, Ruhollah Khomeini (chefe do clero xiita, forçado ao exílio pelo Xá) retornou ao país e, com sua influência e a força militante desse clero, conseguiu, primeiro, deter a revolução, destruir suas organizações e, finalmente, derrotá-la. Uma "república islâmica" foi estabelecida, um rótulo para um regime burguês ditatorial a serviço do enriquecimento do alto clero xiita e setores associados, baseado no controle do Estado e de seus negócios.

É um regime que, por meio de uma repressão extremamente dura, não só garante um alto nível de exploração dos trabalhadores, como também oprime severamente as mulheres e as minorias étnicas, como os curdos. Por essa razão, nos últimos anos, enfrentou inúmeras greves e rebeliões, às quais respondeu com dura repressão e execuções. Em outras palavras, está sobre um vulcão ativo.

IRÃ NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Ao mesmo tempo, no entanto, devido às suas origens, esse regime manteve um grau significativo de autonomia em relação ao imperialismo ianque e um discurso fortemente anti-imperialista. Aspira o reconhecimento do Irã como uma potência regional de influência e, para tanto, conta com os imperialismos chinês e russo. A China permitiu-lhe superar o bloqueio econômico do imperialismo estadunidense em relação à questão nuclear e é seu maior parceiro comercial. Tem uma aliança econômica, política e militar com o imperialismo russo, mas não uma aliança de defesa mútua. Agora, na ONU, China e Rússia criticaram Israel pelo ataque (EUA o apoiou).

Por sua vez, o imperialismo ianque tem "negócios inacabados" com o regime iraniano, e vários governos o consideram um "inimigo a ser combatido". Parte disso tem sido a tentativa de monitorar e limitar o desenvolvimento nuclear do Irã e aplicar sanções comerciais para esse fim.

Em sua aspiração por um papel internacional próprio na região, o regime iraniano se posicionou, em alguns casos, no lado oposto da luta revolucionária das massas. Por exemplo, colaborou com o imperialismo americano para alcançar um certo grau de estabilidade no Iraque, um país que havia sido fragmentado em vários pedaços após a derrota da ocupação militar pelo governo Bush em 2003. Durante a guerra civil síria, soldados iranianos fizeram parte das forças militares que apoiaram a ditadura de Bashar al-Assad contra a ofensiva "rebelde", assim como os combatentes russos enviados por Putin.

Em outros casos, está do "lado certo" da luta: é um dos países muçulmanos que não reconheceu o Estado de Israel e mantém uma posição de apoio à luta palestina. Forneceu as armas com as quais o Hezbollah conseguiu derrotar invasões israelenses duas vezes. Recentemente, o regime iraniano foi acusado de fornecer armas secretamente aos houthis iemenitas que lutam contra a Arábia Saudita e atacam navios israelenses que navegam no Mar Árábico e no Golfo de Áden.

Este apoio é limitado. Durante a ocupação de Gaza, o Irã não forneceu apoio militar concreto aos palestinos. Limitou-se explicitamente a responder aos ataques israelenses em seu território.

Por essa razão, os governos sionistas sempre consideraram o Irã um "inimigo perigoso" que deve ser derrotado. Ao longo desses anos, os governos israelenses alegaram que suas forças armadas eram capazes de destruir o desenvolvimento iraniano e grande parte de sua infraestrutura militar e pediram apoio ao imperialismo ianque para fazê-lo. Este último sempre lhes pediu que não realizassem tal ataque, incluindo o próprio Trump há poucos dias, porque "estamos perto de um acordo" com o regime iraniano e um ataque israelense "o arruinaria", explicou.

O DILEMA DE NETANYAHU

Apesar do pedido de Trump, o governo de Benjamin Netanyahu decidiu lançar o ataque. Por que o fez? Vários fatores se combinaram para colocar seu governo em uma encruzilhada.

Primeiro, a grande dificuldade de atingir os objetivos da invasão da Faixa de Gaza: "aniquilar o

Hamas", expulsar um milhão de palestinos para o Egito e anexar a parte norte do território ao Estado de Israel. Apesar dos métodos genocidas utilizados, das milhares de vítimas e do terrível sofrimento causado aos palestinos de Gaza, Netanyahu não alcançou uma "vitória final" nem estabilizou seu domínio sobre Gaza, dada a resistência heroica do povo palestino que se recusa a abandonar sua terra. Uma situação reconhecida até mesmo pelos analistas sionistas mais lúcidos, como Mario Sznajder, professor de Ciência Política da Universidade Hebraica de Jerusalém, que acredita que "Netanyahu não conseguiu atingir nenhum dos objetivos que justificavam a intervenção militar extremamente pesada em Gaza".

Ao mesmo tempo, essa invasão reabriu uma divisão na sociedade israelense que já havia se manifestado nos grandes protestos que derrotaram a reforma judicial que Netanyahu impulsionava em 2023. Nas últimas décadas, um segmento significativo de israelenses (empresários e funcionários) trabalhou em empresas privadas de segurança, software e sistemas, farmacêuticas e alimentícias, que exportam bilhões de dólares e buscam investimentos imperialistas.

CAMPANHA DO BDS

A invasão de Gaza aumentou o impacto da campanha BDS, levando a uma grave crise econômica no Estado de Israel e à saída de muitas empresas e profissionais. Esse setor da sociedade israelense quer acabar com a "guerra permanente" e se mobilizou (junto com outros) para exigir que o governo Netanyahu interrompa a invasão de Gaza e abra algum tipo de negociação com os

palestinos. Uma crise incipiente eclodiu até mesmo com os reservistas, que se recusam a se juntar ao exército por não quererem retornar a Gaza.

Como resultado dessa oposição e de outras demandas específicas (como o fim da isenção do serviço militar obrigatório para líderes religiosos ultraortodoxos), o governo de Netanyahu vive uma crise política, e não está descartado que ele possa cair caso perca a maioria parlamentar.

Passemos agora à questão do isolamento internacional do Estado de Israel. As mobilizações massivas de condenação da invasão de Gaza e seus métodos, e de solidariedade aos palestinos, geraram diversas ondas de mobilizações em massa, inclusive nos Estados Unidos e nos países imperialistas europeus que sempre apoiaram incondicionalmente o Estado sionista. Elas forçaram seus governos a criticar a invasão de Gaza e, juntamente com a campanha BDS, forçaram alguns a não investirem no Estado de Israel ou comprarem seus produtos. Até Yair Golan, ex-general israelense de alta patente, afirmou que "Israel está a caminho de se tornar um Estado pária entre as nações, como a África do Sul de outrora".

A FLOTILHA E A MARCHA PARA GAZA

Como expressão dessa condenação ao genocídio em Gaza e da solidariedade ao povo palestino, figuras de vários países, como a ativista sueca Greta Thunberg, organizaram a Flotilha da Liberdade, um barco que tentaria chegar a Gaza pelo Mar Mediterrâneo, romper o bloqueio imposto pelo Estado sionista e entregar alimentos e medicamentos à população. As forças israelenses ameaçaram o barco com drones, cercaram-no,

atacaram-no com armas químicas e sequestraram e detiveram vários de seus membros em Israel, incluindo o ativista brasileiro Thiago Ávila. A maioria foi libertada e deportada, exceto dois ativistas franceses e um holandês, que não foram deportados nem tiveram permissão para receber a visita de seus advogados, supostamente devido ao "fechamento de aeroportos israelenses" em resposta à situação com o Irã.

Paralelamente à Flotilha da Liberdade, a Marcha Global para Gaza foi organizada com um comboio de milhares de ativistas de países árabes do Norte da África, como Marrocos, Argélia, Líbia e Tunísia. Eles marcharam a pé e em veículos em direção ao Egito para atravessar o país, entrar na Península do Sinai, chegar à passagem de Rafah (que liga Gaza ao Egito) e, assim, romper o bloqueio no sul do território.

Ativistas de vários países do mundo se juntaram à marcha no Cairo para participar, como o militante da LIT-QI, Fabio Bosco. Nesse caso, o Estado sionista "terceirizou" a tarefa de deter a Marcha para o regime egípcio, cúmplice do sionismo e do imperialismo desde os Acordos de Camp David (1978). O regime egípcio cumpriu essa missão: deteve a Marcha no posto de controle de acesso ao Sinai e a forçou a retornar ao Cairo.



O ATAQUE AO IRÃ

Neste contexto de crise aguda, diante do isolamento internacional e de uma crise econômica e política interna, Netanyahu decidiu "sair atirando" (como já havia feito em outras ocasiões, como na invasão de Gaza). Ou seja, atacar o Irã para clamar por "unidade nacional" e "unir as fileiras" em torno de seu governo para combater o inimigo comum. Saberemos até que ponto ele conseguiu fazê-lo nos próximos dias.

Apesar do "escudo antimísseis" implantado pelo Estado sionista, com o auxílio de tecnologia e inteligência americanas, o ataque conseguiu rompê-lo e atingir alguns alvos. Netanyahu e seu ministro da Defesa se refugiaram em um bunker antimísseis.

NOSSA POSIÇÃO

Condenamos esta nova agressão do Estado sionista contra o Irã e apoiamos seu contra-ataque em território israelense. Fazemos isso porque é uma expressão da luta dos povos árabes e muçulmanos contra o enclave militar do imperialismo, o Estado de Israel, que só pode se manter por meio de agressões e ataques militares permanentes.

Neste conflito, estamos no campo militar do Irã e contra o Estado sionista. Ao mesmo tempo, mantemos nossa completa independência política em relação a essa ditadura burguesa.

Este objetivo é muito difícil de ser alcançado por meio de uma "guerra tecnológica à distância", onde o Estado de Israel tem uma vantagem significativa,

ainda mais com o apoio dos Estados Unidos. Ao contrário, as coisas se tornam muito mais complicadas quando o combate é terrestre, mais convencional, como demonstrado por suas duas derrotas na invasão do Líbano.

Portanto, o Irã deve caminhar para uma guerra total com Israel. Ao mesmo tempo, isso deve ser combinado com o avanço da revolução nos Estados da região, com uma nova Primavera Árabe que possibilite a incorporação das massas árabes e muçulmanas que apoiam os palestinos na luta contra o Estado de Israel. Uma revolução que deve "passar por cima" dos governos da Jordânia, Egito e Síria.■

Condenamos esta nova agressão do Estado sionista contra o Irã e apoiamos seu contra-ataque em território israelense. Fazemos isso porque é uma expressão da luta dos povos árabes e muçulmanos contra o enclave militar do imperialismo, o Estado de Israel, que só pode se manter por meio de agressões e ataques militares permanentes.

DO LADO DOS BANQUEIROS

Entre brigas e acordos, governo Lula e Congresso estão unidos pelo arcabouço fiscal

Crise política não esconde que estão todos juntos ao lado dos banqueiros

 **DIEGO CRUZ,**
DA REDAÇÃO



Davi Alcolumbre, Lula e Hugo Motta | Foto: Foto: Ricardo Stuckert/PR

Quem acompanha o noticiário e a atual crise política pode ter a impressão de que o governo Lula luta para taxar os ricos, enquanto o Congresso Nacional sabotava essas medidas supostamente progressivas, e finca o pé para manter seus privilégios.

Pelo menos é essa a impressão que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer passar quando afirma que quer atingir só os "moradores da cobertura". Ou quando o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) declara que "pela primeira vez, o governo apresenta um ajuste fiscal que protege o trabalhador e bota a conta no colo de quem pode pagar: os ricos".

Nada poderia ser mais falso que isso. O ajuste fiscal do governo Lula, apoiado pelo Congresso Nacional de Alcolumbre e Hugo Motta, tem um único e certo alvo: os trabalhadores e os mais pobres. Como foram todos os "ajustes fiscais" da história. Todos estão unidos para cortar gastos sociais, acelerar uma nova reforma da Previdência e medidas como a desvinculação dos pisos constitucionais da Saúde e da Educação, para manter o arcabouço fiscal. Em outras palavras, mais dinheiro para banqueiro através da dívida pública.

O problema é que o governo Lula tem um pepino na mão: para cumprir as regras do arcabouço que ele mesmo criou, precisa cortar ainda mais gastos e aumentar a arrecadação. O Congresso Nacional, por sua vez, incluindo aí a base do governo que abarca o centrão e a direita como o PP e o União Brasil, vê nisso uma possibilidade maior de barganha, vendendo mais caro por votos que ele mesmo é a favor, e abocanhando parte cada vez maior do orçamento. E de quebra acenando para um setor da burguesia ultraliberal que defende um governo à lá Milei no Brasil.

JUNTOS

Entre tapas e beijos

No final de maio, Haddad junto com a ministra do Planejamento, Simone Tebet, anunciaram um bloqueio no Orçamento de R\$ 31,3 bilhões, o maior já realizado durante o mandato de Lula III. Lembrando que no ano passado o governo já havia aprovado um pacote de maldades que

incluía a redução das regras de recomposição do salário mínimo a fim de enquadrá-lo no arcabouço fiscal, além de regras mais rígidas ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), o benefício destinado a idosos carentes que não puderam contribuir e eleito pelo governo como o grande vilão da crise fiscal.

Pois bem, se um corte bilionário que vai afetar áreas essenciais do serviço público como a Educação ganhou aplausos do próprio mercado, que nem esperava tanto, o mesmo não pode ser dito por outra medida anunciada por Haddad, o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Apesar de mínimo, com a expectativa de arrecadar R\$ 18 bilhões em 2025 (praticamente a metade do corte de gastos públicos e sociais), a Faria Lima olhou torto para uma medida que poderia fugar um naco quase imperceptível de seus fundos de investimentos e operações de crédito e, no mesmo dia, Haddad recuou.

A partir daí o governo correu para elaborar alternativas para compensar a redução do IOF. Haddad se trancou com o presidente da Câmara, Hugo Motta, durante um final de semana e acertou um conjunto de medidas, entre as principais delas a taxação do LCI (Letras de Crédito Imobiliário) e do LCA (Letras de Crédito do Agronegócio). Motta apertou a mão de Haddad, mas poucos dias depois, com a pressão do mercado e do parlamento, voltou atrás.

Qual o enrosco agora? Esses tipos de investimentos vão para financiar o agronegócio e o setor imobiliário, e são hoje isentos, uma

espécie de subsídio a esses setores. Haddad quer taxá-los em módicos 5%. A questão é que, com a popularização desse tipo de investimento, a grande maioria dos "investidores" nestas modalidades não é composta pelos "ricos". Das 6,48 milhões de contas que existem hoje, 4,12 milhões não entram na classificação de "alta renda", em geral utilizada para quem bota mais de R\$ 5 milhões nisso.

Isso significa que a medida de Haddad não vai pegar os que moram nas "coberturas", mas, sobretudo, o trabalhador remediado e a classe média. E os realmente "ricos", os bilionários de verdade, evidentemente também não querem colocar a mão no bolso, ainda que eles saibam que, ao fim e ao cabo, são eles próprios que vão se beneficiar com a manutenção do arcabouço fiscal. Ou seja, o pouco que pagariam agora voltaria, multiplicado, com os juros da dívida turbinados por uma das maiores taxas do mundo, de 14,75% (lembrando que o Banco Central, quem define essa taxa, está nas mãos de Gabriel Galípolo, indicado por Lula).

Nem a promessa do governo em atacar o programa Pé de Meia (voltado a alunos do Ensino Médio), o Atestmed (antigo auxílio-saúde) ou a restrição do Seguro Defeso, com a "economia" de R\$ 4,3 bilhões em 2025, satisfaz essa gente. O mercado não quer saber. Cobra o que chama de "medidas estruturantes", a saber, reforma da Previdência, a destruição do BPC, a desvinculação dos pisos da Saúde e da Educação e a redução dos gastos com o Bolsa Família. Haddad, por sua vez, promete apresentar esse pacote "estrutural" enquanto

tenta convencer Motta e o centrão a aceitarem pagar essa mixaria para manter o arcabouço e conquistar o tão sonhado déficit zero.

Enquanto isso, o projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil continua parado, a inflação dos alimentos não arrefece e a classe trabalhadora, além de não ter picanha, mal consegue comprar café ou até mesmo ovo (produtos nas mãos de grandes empresas e monopólios que estão rindo à toa enquanto a mesa do povo está cada vez mais vazia).

SAIBA MAIS

Proposta de taxaço do governo se concentra na classe média

	Tradicional	Alta renda	Private (mais de 5mi)
LCI*	2123,6	380,7	38,2
LCA**	1392,4	756,5	37,9

*Letra de Crédito Imobiliário

**Letra de Crédito do Agronegócio



ABAIXO O ARCABOUÇO

Arcabouço fiscal impede qualquer conquista e pavimenta mais ataques

A briga entre o governo e o Congresso Nacional não tem nada a ver com taxar ou não rico. Isso nenhum deles quer fazer. O que está em jogo é uma disputa por parte do orçamento, incluindo aí a volta de pelo menos parte do Orçamento Secreto, e, por parte do centrão, sua perpetuação no poder, seja quem for o próximo governo. Se vier um Tarcísio ou até um improvável Bolsonaro, tudo bem. Já o governo Lula se equilibra numa corda bamba: faz tudo o que a burguesia quer, impõe o arcabouço e luta por ele com unhas e dentes, enquanto torce para que a economia melhore lá na frente e garanta sua reeleição.

Seja qual for o cenário, é certo que veremos ainda mais crises e escaramuças entre o governo e o Congresso Nacional, com divisão no centrão, entremeados por acordos pontuais com o próprio governo num cenário de instabilidade e crise política.

Em sua tentativa de afagar o centrão, a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT-PR), que era até ontem presidente do PT, chega ao cúmulo de defender Hugo Motta de críticas de ministros do próprio governo. Lindbergh Farias, que também era crítico do ajuste fiscal, passa a mão na cabeça do presidente da Câmara: "Hugo Motta tem sido uma peça fundamental para ajudar na aprovação

de projetos prioritários", declarou. Apesar dessa postura de vergonhosa subserviência e vassalagem, enquanto fechávamos esta edição Motta atuava para derrubar o pacote de Haddad na Câmara.

De qualquer forma, seja qual for o resultado dessa disputa, o certo é que o ajuste fiscal continuará.

Mas nesse jogo de vai e vem, o governo vem se desequilibrando, dentro do tabuleiro institucional (termo bonito para politicagem dentro das regras desse regime burguês) que ele próprio aceitou. Segundo apontam as últimas pesquisas, nunca Lula contou com tanta rejeição, e o preço dos alimentos, que pega em cheio as famílias mais pobres, não tem sinal de se reverter tão cedo. A extrema direita, junto com parte do mercado e da burguesia, esfrega as mãos sonhando com 2026 e uma alternativa que seja uma espécie de Milei na economia e um Bukele na segurança pública (encarceramento em massa de pobre e aumento da matança de jovens negros das periferias).

PELO FIM DO ARCABOUÇO FISCAL

Caso o governo Lula "ganhe" a batalha no Congresso e consiga impor suas medidas, será para manter o arcabouço fiscal. Se o centrão "ganhar", conquistando a volta de parte do Orçamento Secreto e acelerar as tais "medidas estruturantes", também será para manter o arcabouço fiscal, ainda que de forma mais hipócrita (esbravejando por austeridade fiscal enquanto nada em supersalários e emendas, e na escandalosa proposta de sobrepor seus já

altos salários com suas aposentadorias integrais).

Enquanto vigorar o arcabouço fiscal, a pressão será por cortar mais e mais. Por mais reformas da Previdência, o fim do BPC e demais benefícios sociais. E, mesmo que passe a isenção do Imposto de Renda no Congresso Nacional, isso será completamente anulado mais à frente. O fim do arcabouço fiscal é, desta forma, pressuposto para enfrentar os ataques do governo e do Congresso Nacional. ■

A briga entre o governo e o Congresso não tem nada a ver com taxar ou não rico. Isso nenhum deles quer fazer. O que está em jogo é uma disputa por parte do orçamento, incluindo aí a volta de pelo menos parte do Orçamento Secreto.



Presidente Lula e ministro da Fazenda Haddad, durante anúncio do Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024 | Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

A omissão do governo Lula diante da crise na Avibras

 WELLER GONÇALVES, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO



Foto: Roosevelt Cássio/Sindmetal SJC

A Avibras, principal empresa do setor de Defesa do Brasil, vive sua mais grave crise, que atingiu em cheio os trabalhadores, que desde 2022 lutam para manter seus empregos, seus salários e pela retomada das operações da fábrica, localizada em Jacareí (SP).

Da linha de produção e dos setores de desenvolvimento e engenharia da Avibras, durante décadas saíram mísseis, lançadores de foguetes, veículos blindados, bombas inteligentes, sistemas de comunicação por satélite e Veículos Aéreos Não Tripulados (Vants).

É da Avibras o sistema Astros 2020, viaturas lança-mísseis capazes de atingir alvos de até

300 km e um dos principais programas estratégicos do setor de Defesa do Brasil. Segundo informe divulgado em 2023 pelo próprio Ministério da Defesa, o sistema fomentaria a geração de mais de sete mil empregos diretos e indiretos.

Apesar de sua reconhecida importância para a soberania nacional, a Avibras atravessa a mais severa crise de sua história. Em 2022, entrou com pedido de recuperação judicial e parou de pagar os salários dos 1.400 trabalhadores da fábrica. Essa foi a origem da greve iniciada em 9 de setembro de 2022 e que ainda hoje está em andamento. Já são mais de mil dias de mobilização.

Daquele quadro de profissionais, restam pouco mais de 900. Todos estão há 26 meses sem salário, sem FGTS e sem convênio médico. Aqueles que saíram não receberam as verbas rescisórias.

É PRECISO INVESTIMENTO DO ESTADO

Mas esta não é a primeira crise enfrentada pela Avibras. Em 1988, começaram seus primeiros problemas, sem uma política de investimentos do Estado brasileiro. Em 1990, a empresa pediu concordata e demitiu mais de 900 trabalhadores. Em 2008, entrou em recuperação judicial. Em 2011, demitiu 170 trabalhadores.

Essa constante turbulência confirma que a indústria bélica, assim como acontece em outros países, depende do aporte do governo federal. Na crise iniciada em 2011, por exemplo, o aporte veio com a liberação inicial de R\$ 1,056 bilhão

para a compra do Astros 2020 pelo Exército brasileiro.

Apesar da necessidade urgente em investir agora na brasileira Avibras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se mantém omissos, enquanto investe na compra de armamentos e equipamentos de empresas estrangeiras.

Em 2024, um grupo israelense venceu a licitação internacional para o fornecimento de 36 veículos blindados de combate obuseiros, no valor aproximado de R\$ 1 bilhão. Por enquanto, a compra foi suspensa, mas não cancelada. Se fosse investido na Avibras, esse valor tornaria possível a regularização dos salários, pagamento de outros credores e a retomada da fábrica.

No mesmo ano, o Exército brasileiro anunciou a compra de uma centena de mísseis norte-americanos FGM-148 Javelin, fabricados pela Raytheon e Lockheed Martin.

Antes do agravamento da atual crise, 90% da produção da fábrica era destinada a outros países, em especial do Oriente Médio. Resultado: sem um plano estratégico nacional, a empresa fica vulnerável diante de qualquer instabilidade no mercado internacional. Em um cenário de guerras e conflitos armados no mundo, é preciso colocar na ordem do dia a defesa do nosso país.

No início deste ano, o governo federal anunciou que o programa Nova Indústria Brasil (NIB), criado para estimular setores estratégicos por meio de compras públicas, tem R\$ 112,9 bilhões

para investir em tecnologias de Defesa e soberania nacional. Em nenhum momento, a Avibras foi citada por Lula como possível beneficiada.



Foto: Roosevelt Cássio/Sindmetal SJC

GOVERNOS OMISSOS

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região vem pressionando o governo federal, desde a gestão de Jair Bolsonaro (PL), e até agora nenhuma medida concreta foi tomada pelos governantes. Ao contrário. Recentemente, a União criou dificuldades para a homologação de um plano alternativo à recuperação judicial.

O pedido feito na Justiça exige que a Avibras apresente certidões negativas de débitos fiscais como condição para a homologação, sob pena de suspensão do processo de recuperação judicial, com a imediata retomada de eventuais pedidos de falência.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também agiu para atrapalhar a retomada da fábrica, ao entrar com pedido de busca e apreensão de maquinários. O banco e a União são credores da empresa.

Essa postura confirma que o governo Lula não representa os trabalhadores. Os empresários estão no topo das prioridades do presidente. No ano passado, o governo destinou R\$ 400 bilhões em financiamentos para empresários do agronegócio, além de outros subsídios dados a empresas multinacionais. Já os mais pobres têm de enfrentar cortes no orçamento e arcabouço fiscal.

O Sindicato está pedindo agendamento de reunião com o presidente Lula desde os primeiros dias de seu mandato, mas o silêncio continua. Nesses três anos, empresas estrangeiras chegaram a negociar a compra da Avibras, mas sem que as transações fossem concluídas. Hoje, a Brasil Crédito Gestão Fundos de Investimentos está a poucos passos de concluir a aquisição, dependendo apenas da homologação do plano alternativo. Seria o caminho para que a Avibras saísse do comando do atual proprietário e responsável pela crise, João Brasil Carvalho Leite, e a fábrica voltasse a operar.

A saída de João Brasil atenderia a uma das condições impostas pelo governo para voltar a investir na fábrica. Representantes do governo federal afirmaram, em reunião com o Sindicato, que enquanto o atual proprietário estivesse à frente da Avibras, não haveria possibilidade de investimento público, em razão das dívidas da atual empresa com o governo. A afirmação foi feita em encontros do Sindicato com o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro da

Defesa, José Múcio Monteiro Filho – este, de ultradireita.

Em abril de 2024, estive em evento que teve a participação do presidente Lula na fábrica da Embraer, em São José dos Campos. Na cerimônia, Lula anunciou financiamento com dinheiro público, via BNDES, para as exportações de aeronaves produzidas pela Embraer. Na ocasião, entreguei uma carta, relatando a situação da Avibras e o drama dos trabalhadores, que naquele momento estavam com doze salários atrasados. Numa conversa de um minuto, Lula me disse: "Isso não pode ficar assim, nós vamos resolver". Mais de um ano se passou e já são 26 salários atrasados. Até agora, nada ficou resolvido.

LULA SEGUIRÁ CALADO?

Chegamos a um momento em que o presidente Lula não pode mais ficar escondido nesta situação. O Sindicato exige um pronunciamento público em defesa da homologação do plano alternativo já aprovado pelos credores e construído junto com os trabalhadores. A reivindicação é que o governo pare de comprar armamentos no mercado internacional, faça investimentos na Avibras e assine contratos que levem à regularização dos salários. Isso seria o mínimo, considerando-se que não há planos do governo para estatização.

Será que o presidente vai continuar calado ou vai se pronunciar e sair na foto somente quando as operações da Avibras forem retomadas?

Se a fábrica voltar a funcionar, o Sindicato dos

Metalúrgicos será um dos protagonistas desse retorno. O fato é que o governo presidido por um ex-metalúrgico, ex-presidente sindical e fundador do PT, o “Partido dos Trabalhadores”, não vai fazer parte como apoiador desta batalha. A marca desse governo vai ser a omissão.

Historicamente, o Sindicato sempre defendeu a estatização da Avibras e de todas as empresas que são estratégicas para o nosso país. O setor de Defesa só poderá estar a serviço do país quando deixar de ser comandada por grandes corporações privadas, onde o que vale é o lucro.

Mesmo que o plano de retomada seja aprovado e a empresa volte a funcionar, a luta dos metalúrgicos em defesa da Avibras estatal e sob o controle dos trabalhadores vai continuar. O governo não ficará livre das cobranças e exigências do Sindicato.■



Foto: Roosevelt Cássio/Sindmetal SJC

Todo apoio à greve dos trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte

 VANESSA PORTUGAL, DO SIND REDE/BH



Manifestação da greve dos professores de BH

Os trabalhadores em educação da rede municipal de educação de Belo Horizonte estão em greve desde o último dia. A paralisação foi aprovada em assembleia realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-REDE/BH), filiado à CSP-Conlutas, após a prefeitura apresentar um índice de reajuste para os servidores públicos de 2,49%.

Esta é a segunda greve do ano dos trabalhadores da educação de Belo Horizonte. Em fevereiro e março, trabalhadores terceirizados das escolas municipais protagonizaram um movimento espetacular por melhorias salariais e pela redução da jornada de

trabalho. Agora é a vez dos concursados, que, na sua maioria, são professores.

PAUTA

Os motivos da greve são semelhantes aos de outras lutas que se arrastam pelo país: reajustes muito abaixo das perdas acumuladas; ausência de vinculação das recomposições aos reajustes do Piso do Magistério; falta de professores; destruição das carreiras; escassez de tempo para planejamento; e desrespeito à paridade dos aposentados.

Belo Horizonte é uma cidade rica. De 2018 a 2024, teve um aumento de 86,97% na sua receita, mais que o dobro da inflação. O crescimento de investimentos, no entanto, não se refletiu na valorização dos servidores e dos serviços públicos. Os gastos da prefeitura cresceram significativamente nas despesas com transporte, devido ao subsídio dado às empresas privadas de ônibus, e na terceirização de serviços, que cresce em média meio bilhão ao ano desde 2018. Incluindo aqui a terceirização e privatização de serviços na educação.

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO EM ESQUEMA DE CORRUPÇÃO

Para finalizar com chave de ouro, o último secretário de Educação, Bruno Barral, foi afastado por solicitação do Supremo Tribunal Federal (STF), após ser acusado pela Polícia Federal (PF) de participação em esquemas de corrupção durante sua gestão anterior na Bahia. Barral foi trazido a Belo Horizonte pelo ex-prefeito Fuad Noman (PSD) como moeda de troca por apoio político na eleição de 2024.

Barral foi indicado pelo União Brasil, mesmo partido do atual prefeito Álvaro Damião. Este, eleito como vice de Fuad, Damião assumiu a prefeitura em função do falecimento de Fuad. O valor dos contratos feitos por Barral relacionados à investigação, em menos de um ano de gestão, é de R\$ 150 milhões. Outro detalhe digno de nota: o União Brasil se tornou o maior partido financiador da campanha de Fuad, R\$ 7,5 milhões em doações oficiais, representando 34% de tudo o que foi arrecadado.

NÃO É APENAS CONTRA OS 2,49%

A greve ganha força não só pela indignação em relação a esse índice ridículo, mas pela situação angustiante que enfrentamos dentro das escolas.

Faltam professores, as salas estão lotadas, o tempo de planejamento é absolutamente insuficiente, a metodologia utilizada para cumprimento da Lei Nacional do Piso tem sido a desestruturação da carreira, há um aumento assustador do adoecimento e um desrespeito à paridade dos atuais aposentados.

DAMIÃO EM ISRAEL

E o prefeito de Belo Horizonte? Viajou: deixou a cidade em viagem para Israel durante uma greve que atinge quase 90% das escolas e que, diga-se de passagem, é, junto com a saúde, um dos principais serviços sob a responsabilidade da prefeitura.

Como se não bastasse esse absurdo, Damião faz parte de uma comitiva que foi a Israel para estudar métodos de segurança, “conhecer”

armamentos testados em campo, apoiar o genocídio de Israel contra o povo palestino e conhecer armas testadas nos corpos de crianças palestinas.

A pergunta que fica é: além desses absurdos, a viagem do prefeito de Belo Horizonte a Israel também não teria como objetivo estabelecer contratos e cooperação para utilizar as armas e equipamentos israelenses na morte do povo belo-horizontino?

A EDUCAÇÃO ESTÁ EM CRISE

Como mencionado no início, a grave situação da educação não é um privilégio de Belo Horizonte, nem uma questão apenas do nosso tempo.

A educação no Brasil sempre foi subfinanciada e sofre forte pressão privatista, que ganha novo fôlego com a presença da Fundação Lemann no Ministério da Educação (MEC). Agora, o governo Lula sinaliza a possibilidade de reduzir os repasses federais ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Sem nos esquecer de que, no pacote fiscal aprovado no final de 2004, o corte na educação básica foi um dos maiores, pois o governo cortou a verba especial do programa Escola em Tempo Integral e transferiu os custos do mesmo para dentro da verba do Fundeb.

Em Minas, em um estágio talvez um pouco menos avançado que São Paulo, as tentativas de privatização e militarização das escolas nunca saem do cenário, avançando às vezes lentamente, às vezes de forma mais acelerada. Em Belo Horizonte, essa sempre foi uma realidade na educação infantil.

PISO QUE VIROU TETO

Estudos realizados pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese) apontam que a existência do Piso Salarial Nacional do Magistério não resultou, na maioria das capitais e cidades de médio e grande porte, em uma valorização salarial real.

Isso não significa que a legislação não teve sua importância. Teve, pois corrigiu distorções excessivas em determinadas cidades, mas principalmente porque foi um mote de lutas em todo o país.

As críticas que fazíamos no momento da publicação da legislação permanecem válidas e, hoje, após 15 anos de sua entrada em vigor, é fundamental lutar por sua atualização. É preciso deixar claro a jornada de trabalho à qual o piso se destina. O piso deve ser definido para uma jornada de 22h30 e proporcional para jornadas maiores (não o contrário). O piso é destinado a profissionais de nível médio, mas não há uma definição de quanto deve ser para nível superior; portanto, permanece o mesmo valor. É necessário estabelecer parâmetros de carreira mais claros e instrumentos mais fortes para garantir que as vantagens da carreira incidam sobre o piso. Claro que nada disso significará garantias permanentes, mas serão conquistas importantes.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA RESISTE

Neste momento, há greves em Brasília, Salvador e Belo Horizonte. Mas neste ano já ocorreram greves em São Paulo (SP), Rio Branco (AC), Natal (RN), Belém (PA), Recife (PE) e Florianópolis (SC). Isso

porque a história da educação pública foi e ainda está sendo construída na luta.

É urgente que consigamos construir uma mobilização e uma greve nacional. Essa é uma tarefa que devemos assumir e exigir da Confederação Nacional da Educação (CNET). O PSTU apoia incondicionalmente e participa da construção da greve dos trabalhadores em educação da rede municipal de educação de Belo Horizonte. Defendemos:

- | Pagamento do Piso Integral para todas as jornadas de trabalho;
- | Garantia de carreiras;
- | Pagamento do piso com incidência nas carreiras;
- | Redução do número de estudantes por turma;
- | Ampliação do quadro de professores;
- | Ampliação do tempo de planejamento;
- | Fim da terceirização e da privatização na educação;
- | Respeito aos aposentados;
- | Adequação da Lei Nacional do Piso do Magistério;
- | Ampliação das verbas para a educação.■